

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Cadeira n.º 43

Patrono: — Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA
Ocupante: — Capitão de Mar e Guerra LUCAS ALEXANDRE
BOITEUX - Fundador.

1938

Lida pelo Comte. BOITEUX em sessão de I. no dia 25-X-939
Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA

(esboço biográfico)

“Atacar é sinal sempre de forte,
Vencer algumas vezes é da sorte!”

S. CARLOS

I

O Estado de Minas Gerais, cingido de agrestes montanhas, longe das ribas e das auras oceânicas, tem sido, apesar disso, o berço privilegiado de uma pleiade de guapos e proficientes oficiais da Armada e de um destacado grupo de ministros de Estado que, com raras exceções, à pasta da Marinha deram, com verdadeira visão de estadistas, um justo, notável e necessário destaque.

Parece até um paradoxo... Como explicar êsse pendor pela vida marítima, êsse carinhoso interêsse pelo desenvolvimento e eficiência do ramo naval de tal modo pertinente aos destinos do Brasil?

Acreditamos que nos latibulos da alma e na massa do sangue de bôa parte dos mineiros, dessa simpática gente montanheza, ainda refervem e se agitam preciosos remanescentes atávicos dos aventureiros marujos seiscentistas que, excitados e atraídos pela *auri sacra fames* abandonaram o ribamar espumoso do Atlântico, desertando o bojo estreito e úmido dos galeões e das caravelas da conquista, para se atirarem por essas brenhas além, vingando andurriais e escabrosos trilhos da *selva selvagia* dêsse nosso sertão misterioso à cata de minas assombrosas, cuja fama mil vezes trombeteavam pelo mundo em fora.

Dentre os distintos titulares de sua pasta, de quem a Marinha guarda lembrança merecida e justa, podemos destacar o Visconde de Ouro Preto, Lima Duarte, Delphino da Luz e Fernandes Leão, de cujas figuras já nos ocupamos ou iremos nos ocupar.

Dentre os oficiais de Armada que tiveram por berço o grande Estado montanhês, passo a focalizar hoje o distinto e bravo Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA que uma bala argentina nos roubou, quando em seu posto de honra, a bordo do navio que comandava, em o porto de Montevidéu, durante a guerra de 1825 a 1828.

Foi essa figura de marinheiro proficiente, bravo e culto que escolhi para patrocinar a cadeira que ocupo em o INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL.

II

Na altitude de 1.738 metros acima do nível do mar, assentada em nemoroso vale rendado de inúmeros ribeirões auríferos e diamantíferos, e tendo a emoldurar-lhe uma cinta azul de montanhas alterosas, floresce a atual e progressista cidade de Diamantina, antigo arraial e cabeça do famoso distrito de Tijuco, comarca do Serro-Frio.

O mais volumoso ribeirão que a banha, o Manso, tributário do Jequitinhonha, ofereceu aos destemidos sertanistas Leme do Prado e Fonseca Lobo, do seu leito farto, as primeiras pedras brancas, reconhecidas, posteriormente, como diamantes de alto valor.

Essa feliz descoberta atraíu para aqueles sítios uma chusma

incontida de aventureiros. Nessas condições, o Governo português criou ali, em 1733, uma Intendência de diamantes; e, mais tarde, estabeleceu no Arraial do Tijuco uma fundição de ouro.

No fim do século passado, naquele recanto pinturesco vivia, exercendo o cargo de Intendente dos Diamantes o desembargador Antonio Barroso Pereira, casado com Dona Maria Ignácia de Castro Sampaio.

Contava o casal prole numerosa. Entre os filhos varões destacaremos: Bento Barroso Pereira, nascido em 1785, que alcançou o posto de Brigadeiro do nosso Exército, e exerceu os cargos de Senador e de ministro da Guerra e da Marinha, falecendo em 1873; José Barroso Pereira, que faleceu como desembargador em 15 de abril de 1820; Joaquim Barroso Pereira, falecido em 17 de abril de 1838; João Barroso Pereira, nascido em 1782, foi Aspirante de Marinha e teve baixa em 1807; e, finalmente, LUIZ BARROSO PEREIRA, o nosso herói, figura digna de memória, mas que, por largos anos, tem vivido na deslembração da corporação que tanto elevou e no mais completo olvido da Pátria por quem derramou seu precioso sangue e sacrificou a vida.

III

LUIZ BARROSO PEREIRA, nasceu em 1786 no recanto acima descrito da terra mineira, "onde os aspecto dessas montanhas titânicas e verde-azuladas, desses rios límpidos e majestosos, desses convas floridos e arvorejados, desses campos sempre verdecentes e férteis, inspira ao homem, desde sua meninice, o amor à Pátria e à Liberdade", — escreve sôbre o nosso herói na "Revista Popular", do Rio de Janeiro, de fevereiro de 1862, cronista anônimo, que julgo ser o nosso imortal Rio Branco, cultor emérito das nossas lídimas glórias marciais.

Naquele bucólico ambiente de clima saudavel, de ares puros, de ótimas águas, o pequeno montanhês tornou-se um belo e robusto mancebo.

É bem provavel que em seus passeios e brincos infantís chegasse a galgar, qual tráfego cabritinho, os ásperos socalcos da morraria que cinge seu vilório natal, e lá nos clivosos cimos, onde o

vento zune, e o *sol das almas espalha*, ao declinar dos dias, um velinho de ouro, aspirasse a largos haustos as frescas e salitradas brizas que, sopradas de sueste, traziam do verde oceano essas particulas misteriosas do encantamento que o levaria a abraçar, mais tarde, a vida aventureira mas nem sempre venturosa do marinheiro.

Ainda em tenra idade, mas já com os estudos primários completos, teve êle de abandonar saudoso o céspede natal, em razão de ter sido seu progenitor transferido para Lisboa, onde tomou assento na Casa da Suplicação.

Durante sua curta estadia no Rio de Janeiro, o adolescente Luiz passou a admirar embevecido, em companhia de outro irmão, os cenários marinhos e a tomar contacto com o Mestre oceano, por quem ambos se haviam enamorado, ao percorrerem as belas praias que emolduravam, então, a capital da América portuguesa.

O mar o fascinára. Em a não de viagem, que o levou à metrópole, após longa e penosa travessia, Barroso Pereira familiarizou-se com a vida monôtona, fatigante, bastantes vezes cruel ao marinheiro. Inteligente, curioso, amigo dos oficiais e marujos, de tudo indagava, de tudo queria saber; e, assim, é que ao chegar ao Tejo, o moço mineiro demonstrava conhecimentos bem aproveitáveis de marinharia e apreciáveis rudimentos de navegação.

Instalada a família na capital da metrópole, o desembargador Barroso procurou logo um estabelecimento superior de instrução para os filhos. No famoso Colégio dos Nobres foi o nosso biografado recebido, afim de preparar-se para a carreira que sua vocação reclamava.

IV

Aos quinze anos de idade, no dia 18 de agosto de 1801, foi Luiz Barroso Pereira, matriculado como Aspirante a Guarda-Marinha em a Real-Academia de Marinha de Lisboa, de conformidade com a Portaria do Conselho do Almirantado da mesma data. Passou, então, a servir em a Segunda Brigada.

Barroso Pereira não foi feliz no primeiro ano acadêmico. Entrando na pauta dos examinados, fez exame das matérias em 2 de

julho de 1802, sendo reprovado na maior parte delas pelos lentes João Martiniano, Manoel Ferreira e José Joaquim Ferreira.

Não atinamos, francamente, com esse fracasso do jovem mineiro; pois tinha êle justa fama de inteligente e de estudioso. Só podemos atribuí-lo à má vontade dos lentes para com o *brasileiro* (o que era muito comum...), à fraca base matemática ou, então, por motivo de moléstia.

Sabemos pelos seus assentamentos, colhidos em o Arquivo de Marinha, que durante o ano sofrera êle 16 multas sem causa e 8 com causa justificada... O certo é que, o fracasso do primeiro ano serviu-lhe de proveitosa lição.

Chamado a exames em 2 de julho de 1803, alcançou aprovação plena em tôdas as matérias do 1.º ano. A 8 de julho do mesmo ano foi examinado em Aparelho do Navio, sendo aprovado plenamente pelo professor da mesma arte, e os lentes de matemática Manoel Ferreira, e de artilharia Antonio Gonçalves Ferreira. Pela portaria do Conselho do Almirantado de 26 de agosto desse ano foi Sua Alteza Real servido mandar-lhe assentar praça de Guarda-Marinha, sendo designado para a Terceira-Brigada. A 9 de junho de 1804 fez exame das matérias do 2.º ano, em que foi aprovado plenamente; no dia seguinte entrou em exame de Arquitetura naval e Desenho, em que alcançou igual resultado. Em 1805, a 4 de julho, foi aprovado plenamente nas matérias do 3.º ano; no dia 9 entrou em exame teórico de Artilharia, e no dia seguinte em exame prático, satisfazendo plenamente aos examinadores, Euzebio Dias Azevedo e Manoel Ferreira de Araujo e o lente da matéria.

Por ordem do Príncipe-regente, embarcou para bordo da nau *Afonso de Albuquerque*, em 2 de setembro de 1805, afim de fazer sua prática de mar e de observações. A 12 de maio de 1806 apresentou-se à Academia, e no dia 24 fez entrega da atestação do Diretor do Observatório Real de Marinha, mostrando ter frequentado o dito estabelecimento no ano de 1805, contando apenas três faltas e adquirindo suficiente aptidão nos usos dos instrumentos de reflexão e nos cálculos astronômicos.

Por portaria do Conselho do Almirantado, lançada em seu requerimento de 5 de agosto de 1806, obteve licença por seis meses

sem vencimentos de soldos, cuja licença principiou a correr do dia 15 do dito mês e ano.

Não alcançamos saber a razão dessa licença: se para tratamento de saúde, o que não é muito provavel, ou para revêr a terra natal.

Por portaria de 19 de junho de 1807 foi desobrigado dos exercícios da Companhia dos Guardas-Marinha e sujeito aos do posto de Segundo-Tenente ao qual tinha sido promovido por decreto de 13 de maio anterior.

Ia o jovem e galhardo official brasileiro experimentar as agruras e vicissitudes da vida prática, afrontando a fúria do oceano e os tormentos da guerra.

V

Napoleão, o corso audaz, empolgára a França, contando estender o seu domínio à Europa estarecida e “fazer pesar o seu ceptro de ferro sôbre os outros povos. Enganou-se quando supôs que na terra dos Viriatos, dos Afonsos Henriques, dos Nunos Alvares, poderia êle firmar o seu poderio” — explica um dos nossos historiadores.

A guerra peninsular deu azo a que Luiz Barroso Pereira, “penteasse as suas belas qualidades de official hábil e inteligente”.

Enquanto a Família Real bragantina, embarcada nos melhores elementos navais de que dispunha Portugal, fugia para o nosso hospitaleiro torrão, o distinto official brasileiro, como muitos dos seus patrícios, José Bonifácio à frente, tomava armas para repulsar o estrangeiro invasor.

Barroso Pereira, que era um temperamento “franco quanto se pode ser e dotado de um espírito lhano e despido de refolhos”, recebeu prazeiroso o comando de uma das barcas-canhoneiras aparelhadas para contêr o avanço das hostes francesas; e “mereceu pelo seu zelo e pela sua gallardia os louvores de seus chefes, distinguindo-se sobretudo em Santarem, quando aí se achava o heróico general francês Massena”, cognominado por Napoleão o *filho querido da vitória*.

“Após uma luta encarniçada, os anglo-hispano-lusos conseguiram expelir da península e fazer recuar até Tolosa os exércitos que a ocupavam”.

Tendo o imperador dos franceses usurpado o trono da Espanha e feito prisioneiro a Fernando VII, seu rei, aproveitaram os povos americanos de origem castelhana dessa circunscrição para lançar o grito de liberdade e de independência.

Esse movimento emancipador trazia sobremodo preocupado o governo de D. João VI, que via nossas fronteiras meridionais continuamente ameaçadas pelas incursões dos caudilhos rio-platenses insurgidos. Nessas condições resolveu organizar nas raias do sul “uma linha de tropas, que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no Celeste Império construída a grande muralha, para opôr-se à torrente mongol”.

VI

Afim de reforçar os elementos de mar e terra concentrados no Brasil, foi mandada vir, então, de Portugal, uma Divisão do Exército, denominada “Voluntários Reais”, com o efetivo de 4.831 praças e comandada pelo Brigadeiro Carlos Frederico Lecór, posteriormente elevado ao título de Viscondé da Laguna.

Em um trem de onze navios escoltados por dois vasos de guerra, depois de uma travessia de quarenta e quatro dias, aportava ao Rio de Janeiro a famosa Divisão aos 30 de março de 1816.

A bordo de um dos vasos da escolta, que era a náu *Vasco da Gama*, onde desfraldava seu pavilhão o Chefe de Esquadra graduado Rodrigo José Ferreira Lobo, vinha o 1.º Tenente Luiz Barroso Pereira, promovido em maio de 1815, como Ajudante de Ordens do Almirante.

Depois de longa ausência, voltava o moço brasileiro a “vêr a terra da pátria e admirar de novo a formosa baía do Rio de Janeiro, onde primeiro vira o salso elemento”.

Naturalmente, ao pousar os olhos saudosos no maravilhoso panorama que tanto ferira sua imaginação de adolescente, teria sentido como Camões:

“O prazer de chegar à Pátria cara,
A seus penates caros e parentes,
Para contar a peregrina e rara
Navegação, os vários céus e gentes:
Vir a lograr o prêmio que ganhára
Por tão longos trabalhos e acidentes...”

Mas, bem curta seria sua demora, pois, nos páramos rio-platenses, “deu sinal a trombeta castelhana”.

A 12 de junho do dito ano, em um combóio de quatorze navios, velejava para o sul a “Divisão de Voluntários Reais d’El-Rei”, desembarcando em Santa Catarina, afim de marchar por terra sobre Maldonado. Embarcado na esquadra de bloqueio aos portos da margem oriental do Prata, encontrava-se o nosso distinto biografo, dando sempre provas de sua proficiência e dedicação ao serviço público.

VII

O general Lecór, após a vitória da Índia-muerta, entrara triunfalmente em Montevideu, no princípio de 1817.

“Precisava êle — contar-nos o biografo de Barroso Pereira, acima citado — enviar a Buenos Aires um comissário que tratasse com êsse govêrno de assuntos importantes, concernentes à guerra da Banda Oriental. Era de mistér que o encarregado de tal missão possuísse, a par da habilidade, a circunspecção, a prudência e illustração. O Almirante Lobo enviou ao general o jovem Barroso, dizendo-lhe que não encontraria êle nem no Exército nem na Esquadra oficial mais inteligente, hábil e probo que êsse.

Desembarcou Luiz Barroso Pereira em Montevideu e apresentou-se logo ao General Lecór expôs-lhe o motivo por que o enviava a Buenos Aires, fazendo-lhe vêr toda a gravidade e importância da missão que lhe confiava, e no curto colloquio que com êle teve pela magnitude de seus pensamentos, facilidade de exprimir-se, amenidade de estilo, e sobretudo delicadeza do trato, augurou-lhe um brilhante porvir na carreira a que se dedicára, e congratulou-se por ter encontrado para interprete de seus pensamentos em Buenos Aires um moço de tanta capacidade e aptidão”.

O brilhante e proficiente oficial e novel diplomata, em poucos dias se apresentava na capital argentina, pronto a iniciar sua missão.

Dera já provas de sua bravura como militar e como marinheiro: ia dá-las de sua habilidade como diplomata e como político. Sua fronte majestosa, seu andar seguro e firme, seu porte nobre e grandioso como que arrancavam simpatias a todos os que o viam. Seu trato afavel e sua bela educação rodeavam-no de amigos e, graças a isso, foram sem número as amizades que deixou entre os portenhos. Se o acolhimento que o nosso comissário recebeu do público de Buenos Aires foi tão distinto, não foi somenos o que do govêrno e particularmente do Diretor Supremo D. Juan Martin Pueyrredon, mereceu. Abriram-se as conferências, e o govêrno de Buenos Aires — explica-nos ainda o historiador citado — fingiu estar de acordo com o nosso representante no que dizia respeito à expulsão de Artigas, implacavel inimigo dos portenhos; mas oculta-mente lançava êle os alicerces que deviam servir para a trincheira da qual pretendia disputar-nos, logo que se oferecesse ocasião azada, a posse da Banda Oriental. Para êsse fim emissários em Montevidéu, dentre os quais distinguiam-se o Coronel Védia, o Dr. Passos e outros, e para que desvanecessem as desconfianças do Visconde da Laguna, protestavam sempre estes a êle, e Pueyrredon a Barroso, “que tal procedimento nada tinha de positivo, sendo seu único objeto tranquilizar as províncias do interior, inquietas pela nossa proximidade e pelos contínuos triunfos obtidos pelas nossas armas” — como nos explica Sena Pereira nas “Memórias e reflexões sôbre o Rio da Prata”.

“Para a construção dêsse edificio político que tinham por fim os portenhos, quando dispondo de fôrças suficientes tratassem de reaver a margem setentrional do Prata, trabalhavam os enviados de Pueyrredon, do outro lado os argentinos proscritos por êsse Diretor, os quais formavam com alguns orientais uma sociedade secreta, na qual muito influiu o coronel d. Santiago Vasques, que estivera no Rio de Janeiro ,tendo aí e em Montevidéu recusado os oferecimentos que lhe faziam de entrar ao serviço de S. M. Fidelíssima”.

A resposta da comissão entregue ao nosso distinto biografado, — narra o dr. A. Varela em “Duas grandes intrigas”: — “Distinta-

mente acolhido tanto pelos particulares, como pelas pessoas do governo, Barroso Pereira convenceu-se de que lhe era fácil dar cumprimento às ordens que trazia. Lutou, entretanto, com embaraços decorrentes, os mesmos da arriscadíssima política interna e externa adotada pelo grêmio de que era Pueyrredon o expoente oficial. Por fim todos os embaraços se venceram; depois de tergiversações e relutâncias, assaz procrastinadoras do que se tinha em mente empreender, o Diretório anuiu ao que solicitava o emissário português. Concedeu livre passo à Esquadilha improvisada em Martim Garcia, que prestes singrou estuário acima, penetrando pela primeira vez no rio Uruguai a 2 de maio de 1818".

O distinto oficial, por despacho de 12 de outubro de 1817, fôra promovido por merecimento ao posto de Capitão-tenente hoje correspondente ao de Capitão de Corveta.

A 20 de fevereiro de 1819 o Governo argentino, intempestivamente, mandou prender o digno oficial e conservou-o nessa deprimidamente situação e incomunicavel até 4 de março, quando foi posto em liberdade. Não conseguimos saber o motivo dessa violência. Deixando Buenos Aires, pouco depois, Barroso Pereira tornou ao Rio de Janeiro, de onde voltou à esquadra em operações no Prata como Secretário do Almirante R. Ferreira Lobo, em 1820.

VIII

Quando chegaram a Montevidéu as primeiras notícias do movimento da nossa independência, o Almirante Lobo mostrou-se indeciso, vacilante e não quis, desde logo, externar seu ponto de vista político. Barroso Pereira, todavia, não descançou enquanto não viu o seu chefe manifestar-se "em prol do novo Império, abandonando a causa de Portugal a que por tanto tempo havia servido, e que lhe devia bem sérios desgostos" — anota Garcez Palha.

A convite de Barroso Pereira, que teve o auxílio de outro brasileiro distinto, Luiz da Cunha Moreira, que veio a ser Ministro da Marinha e, posteriormente Visconde do Cabo Frio, reuniram-se vários oficiais da Armada adeptos à causa nacional e lançaram uma proclamação, "em que se patenteando o reprovado proceder das côrtes portuguezas, se exhortava a seguir o exemplo do Rio de Ja-

neiro. Assim, o "estado vacilante em que permanecera a oficialidade da Armada, . . . começou, então, a desaparecer. Os menos simpáticos à causa do novo Império foram pouco a pouco atraídos pelos entusiastas da liberdade".

A proclamação a que nos referimos, pelo fundo e pela forma, foi, incontestavelmente traçada pelo nosso culto biografado, pois à sua leitura ressalta logo o estilo de uma alma cheia dos mais puros sentimentos patrióticos.

Chamado ao Rio de Janeiro, foi o Capitão-Tenente L. Barroso Pereira nomeado para servir a bordo da fragata *Niterói* como imediato do bravo Capitão de Fragata João Taylor.

Seguiu para o bloqueio da Baía, fazendo parte da esquadra do famoso Almirante Lord Cochrane. Tomou parte distinta em o combate de 4 de maio de 1823 contra a esquadra portuguesa, nos mares da Baía, em que se portou com muita bravura e sangue-frio.

De acôrdo com as ordens do Almirante, a *Niterói* recebeu a incumbência de perseguir e picar a retaguarda do combóio português, que abandonava o Brasil no memorável dia 2 de julho do referido ano.

Esse cruzeiro famoso, que é um dos padrões de glória da nossa Marinha à vela, já foi por nós descrito quando historiamos a fragata *Niterói*, pelas colunas do "Jornal do Comércio". Barroso Pereira deixou-nos uma assaz interessante "Narrativa" do referido feito, que incluímos, também, no referido histórico. A legendária fragata regressou ao Brasil em novembro de 1823.

A 12 de outubro, dia do aniversário do Imperador, tinha sido o nosso herói promovido ao posto de Capitão de Fragata.

O bravo e proficiente Comandante João Taylor "cobriu de elogios seu Imediato — diz-nos um dos seus biógrafos — e em recompensa dos seus serviços recebeu este do Imperador o Oficialato do Cruzeiro".

Eis que rebenta, em 1824, na província de Pernambuco, o movimento revolucionário separatista, que ficou conhecido em a nossa história com o título de "Confederação do Equador".

O chefe J. Taylor recebeu logo ordem para bloquear o porto do Recife. Em lá chegando procurou por meios brandos e conciliatórios resolver a funesta dissidência. Não quis o bravo chefe naval

deixar inativo o seu dedicado camarada Barroso Pereira, pois “encarregou-o, como brasileiro, patriota e dotado de grande tino diplomático, de ir assistir a um Conselho Geral que fez o chefe da rebelião, Manoel de Carvalho Paes de Andrada”. “Barroso Pereira — conta-nos um dos seus biografos — deu nessa ocasião provas da sua coragem e sangue frio, defendendo a sós entre os rebeldes os atos do Governo, e mostrando que essa rebelião impossibilitaria a realização da independência”.

Abafada, afinal, a rebelião pernambucana, foi o nosso digno biografado nomeado para ir tomar o comando da fragata *Imperatriz*, que então se encontrava no Pará, e que devia ser conduzida ao Rio de Janeiro. Desempenhou a comissão com a presteza e a proficiência de experimentado e lesto marinheiro, chegando ao Rio aos 16 de junho de 1825.

De chegada à côrte, encontrou em armas, ao sul, a Província Cisplatina para romper os laços que voluntariamente se havia ligado ao Império e atirar-se aos braços das Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, que haviam insuflado e que estipendiam os caudilhos insurretos, traidos, fedifragos.

A fragata *Imperatriz* foi mandada aparelhar para a guerra. Saíu então a cruzar, em agosto do referido ano, regressando à Guanabara no mês seguinte.

Partiu para Montevidéu a 19 de novembro; regressou ao Rio a 17 de dezembro, e, logo no dia seguinte, velejava para Santa Catarina. Suspendeu desse porto em demanda do Rio da Prata a 11 de janeiro de 1826, dando fundo na enseada de Maldonado no mês seguinte. Depois de cruzar à boca do estuário, demandou o porto de Montevidéu, afim de refrescar o aparelho e avitualhar-se.

IX

Tendo o Almirante argentino Guilherme Brown recebido dura lição da fragata *Niterói*, comandada pelo bravo e proficiente Capitão de Fragata James Norton, jurou vingar-se.

“*Procuraba* — narra um escritor portenho — *la revancha del mal exito de sus operaciones*”, e, por isso, projetou o destemido ir-

landês abordar e apresar, de preferência, o vaso comandado por aquele valente oficial da frota do Império.

A 26 de abril do dito ano, havendo passado alguns dias sem avistar a força bloqueadora, que tinha ido até Montevideu, o navarca argentino, a coberto de denso nevoeiro, pôde burlar a vigilância do Almirante Lobo e sair de Buenos Aires pelo canal do meio com os seus melhores navios: *25 de Mayo* (Espora), *Congreso*, (J. King), *Independencia* (G. Bathurst), *Republica* (Clarck), *Balcarce* (N. Jorge), *Sarandi* (Pinedo) e *Rio de la Plata* (Rosales), e, com bôa aragem, veio dar fundo pelas quinze horas junto ao banco Ortiz. Farejava a *Niterói*, que recolhera ao referido porto.

Aí reuniu os Comandantes e deu-lhes as instruções precisas para adextrarem e prepararem as equipagens afim de levar a bom cabo seu temerário intento. Determinou Brown que as guarnições se uniformizassem de branco para distinguí-las, no momento da abordagem e no entrevero, da maruja brasileira; e que se armasse o pessoal das gáveas com pistolas e granadas de mão. Foram designados calafates e carpinteiros para picarem as amarras e pregarem as escotilhas dos navios abordados, logo que fôsem senhores dos convezes brasileiros.

A senha para a execução do seu sonho audacioso era — *Santa Maria*. — Afinal, nada esqueceu o astuto Chefe argentino para o bom êxito da operação que tinha em vista e que acreditava triunfante.

Pelas duas horas da tarde do dia seguinte (27), fez-se de vela a esquadrilha inimiga e veio se avizinando lentamente do Cêrro de Montevideu, onde pairou, aguardando que a noite se fechasse e despontasse o plenilúnio. Ao bater das ampulhetas das 11 horas e meia da noite, navegou Brown para dentro do porto com sua esquadrilha em coluna e cortou a linha dos navios de maior porte no mais absoluto silêncio.

O Cabo de quarto da fragata *Imperatriz*, notando a aproximação daqueles vasos suspeitos, participou logo ao oficial de serviço, que era então o 1.º Tenente Lucio de Araujo, a novidade. Observando, porém, este oficial que nenhum movimento se manifestara entre os demais navios da linha exterior, não deu maior atenção ao caso. Por fortuna, existia a bordo um marujo argentino de nome

Ivadish, feito prisioneiro no assalto à Colônia do Sacramento, que logo reconheceu os navios de sua pátria, pondo assim em alerta o pessoal de serviço a bordo da fragata. O almirante Brown, ao avizinhar-se da *Imperatriz*, supôs que ela fôsse a fragata norte-americana *Doris*, comandada pelo Captain J. G. Sinclair, que já havia zarpado; e, para certificar-se, falou em inglês para o comandante do *Republica*, que navegava à sua alheta: — “*What vessel is that?... Where is the Nictheroy?...*”

O Voluntário Marianno Roquellas, debruçado à borda da *Imperatriz*, com grande serenidade e calma, respondeu-lhe no mesmo idioma apontando-lhe a corveta inglesa *Tweed*, ancorada nas proximidades.

A bordo da fragata *Imperatriz* simulou-se um repouso tão profundo — escreve o historiador argentino Carranza — que parecia petrificada, escutando-se apenas o ruído surdo e cadenciado da marreta batendo no costado de bombordo. O pano ferrado, seus canhões em bateria e sem outra luz do que um farol azul de posição debuxava-se debilmente como enorme fantasma oscilante entre as nevoas da noite.

Eram aqueles momentos, de suprema expectativa, de terrível inquietação”. Os nossos já se achavam todos a postos de combate. O Comandante, o bravo e sereno Capitão de Fragata Luiz Barroso Pereira, começou a dar tôdas as ordens e providências para a defesa. O grande herói daquela jornada tinha um funesto pressentimento a pungir-lhe o coração, pois muitos marujos ouviram-no dizer ao Imediato estas palavras de mau agouro: — “*Cuidado com a bateria; mas de quando, olhe para cima. Hei de começar o combate mas não terminá-lo...*”

E, serenamente, subiu para o catavento afim de dar início às manobras, pois pretendia receber o inimigo sob vela.

Entretanto, pano enfunado, guarnição a postos, o brigue inimigo *Independência* vinha se aproximando pela prôa. Brown, acompanhado dos demais, aproou para a *Imperatriz*, depois de reconhecer o logro em que caíra; vira de bordo e ataca a nossa fragata pela alheta de bombordo. O costado do nosso lenho se ilumina num repente e uma descarga cerrada de metralha parte de suas baterias,

varrendo o arvoredo e o convez dos quatro inimigos mais próximos.

Era quase meia noite. Infelizmente, às primeiras bandas do inimigo os cabos de laborar da nossa fragata foram cortados e as velas furadas, com excepção somente da bujarrona e da mezena, que foram caçadas com presteza. Generalizou-se o combate. A *Imperatriz* responde à investida, "com a atividade, presteza e inteligência de que era capaz seu hábil comandante". O *Independencia* se afa-diga por abordá-la pela prôa; mas, graças às guinadas sucessivas da fragata, tem o intento burlado. O *Balcarce* secunda-o com seus mal dirigidos tiros. A *25 de Mayo*, capitânea bonairense, consegue afinal enfiar o gurupés pela almeida da pôpa do lenho brasileiro, tentando despejar-lhe no tombadilho o seu terço de abordagem; mas os nossos desempenados e bravos marujos, abrindo terrível fogo com os guardas-leme, contêm e abatem o entusiasmo e o arrojo dos *gringos*.

A luta é deveras empolgante: de ambos os lados a bravura não pede messas. O comandante da *25 de Mayo*, vendo a impossibilidade de praticar a abordagem, procura afastar-se daquele inferno caíndo à ré; mas o Gageiro da gata do robusto varo imperial, não o deixa impunemente partir; passa-lhe o chicote do braço grande pelo gurupés e acorrenta-a, dando tempo a que os guardas-leme e a gente das gáveas castiguem furiosamente os defensores do castelo inimigo, que ficou deserto de gente viva.

De repente, porém, tomba ferido de morte o intrépido Barroso Pereira. Uma bala despedida do cesto de gávea da capitânea inimiga, como acontecera a Nelson em Trafalgar, atravessa-lhe o mame-lão esquerdo e êle tomba desfalecido nos braços do Guardião Moreira da Rocha, que dirigia os homens do leme. Reanima-se um instante, levanta-se ainda, leva a mão ao peito e grita, num último esforço, num arranco supremo aos bravos que o cercam: — "*Não se assustem camaradas, não foi nada...*" Recuou três passos e caiu gritando: — "*Ao fogo!...*"

Baldias, frustâneas, foram as esperanças dos que supunham vê-lo tornar a si. Poucos segundos depois expirou.

Levaram-no, logo, para a câmara, estilhaçada já pelas balas argentinas. Assumiu o comando o Imediato do navio, Capitão-te-

nente (hoje Cap. de Corveta é o posto correspondente) Francisco Rabelo da Gama.

E o combate prosseguiu caloroso, sendo os argentinos, afinal, repelidos com dolorosas perdas. No dia seguinte, os navios de guerra estacionados no porto de Montevidéu, desamantilhavam as vergas e arriavam a bandeira em funeral, à passagem do féretro do grande herói brasileiro.

“É impossível exprimir quão sentida foi sua morte — escreve Garcez Palha em os “Quadros Navais”. De um caráter elevado, de uma ilustração profunda, do mais ameno e delicado trato, Barroso Pereira, se impunha tanto ao respeito, como à amizade dos seus camaradas. Do primeiro ao último, eram todos seus amigos. No leito de dôr, aos feridos da abordagem, só assaltava um pesar, só pungia uma tristeza: — “Nada sinto senão a morte de meu Comandante” — diziam êles”.

“Os que sobreviveram, anos volvidos, guardavam religiosamente a veneração que tributavam a seu caráter, o entusiasmo que tinham por seu valor.

X

Antigamente (não sabemos se ainda hoje se conserva...) existia em Montevidéu o “Cemitério Brasileiro”. Aquela terra, que já foi nossa, recebeu os gloriosos despojos do herói do ataque à fragata *Imperatriz*.

Lá, há 113 anos, em humilde cova rasa, sem uma flôr, deslembrado da Pátria e da Corporação que tanto soube amar e honrar, ignorado das gerações que passam, eivadas de idéias dissolventes, jaz a triste ossada do bravo lidador.

E dizer-se que a pôpa de nenhuma das nossas belonaves jamais se constelou com o nome do ilustrado e intemerato LUIZ BARROSO PEREIRA!...

No entanto, a Marinha Argentina, na série de “varredores” que breve estarão incorporados à sua poderosa esquadra (tempora mutantur!...) não esqueceu os nomes dos seus bravos capitães de mar, que se bateram contra nós na guerra de 1825-1828, dignos emulos de Barroso Pereira, nem todos mortos pela pátria no convés dos

seus navios, mas, unicamente, por se terem batido contra o poderoso Império, que noutros tempos fazia tremer e derribar tiranos...

Fremitos de ressurgimento não de percorrer a nossa Armada. As flâmulas abatidas da nossa antiga hegemonia naval agitam-se nos topos à passagem das primeiras auras de próxima primavera.

Temos fé, pois, que muito breve, entre outros nomes esquecidos do nosso passado naval heróico, o de BARROSO PEREIRA figurará na pôpa de uma das nossas unidades de batalha!

Rio, Janeiro de 1939.
